



NOTAS SOBRE O REFORMISMO POMBALINO: ECONOMIA E POLÍTICA NAS CAPITANIAS DO NORTE DA AMÉRICA PORTUGUESA (1750-1777)

EDNA MARIA MATOS ANTÔNIO*

Tendo por reconhecida a percepção de que as reformas pombalinas constituem uma importante fase de redefinição das diretrizes do Estado moderno português por apresentar um direcionamento no modo de governar e de explorar a América Portuguesa, o significado dessas medidas e suas implicações para o desenvolvimento econômico de ambos os lados, assumem dimensões de reflexão histórica importantes que demandam investigação.

Contextualizadas em suas características históricas e vinculadas ao ideário do iluminismo setecentista ibérico, as reformas promovidas pelo Marquês de Pombal aludem a um repertório amplo de medidas tomadas pelo governo metropolitano para organizar e estimular - sob novas diretrizes - a vida econômica de seus domínios coloniais. Considerando a perspectiva pelo outro pólo do processo, pensa-se que é válido explorar analiticamente a diversidade de reações ocorridas e que resultaram em configurações próprias da atividade econômica e da estrutura produtiva naquele momento.

Assim, este texto busca desenvolver algumas reflexões iniciais relacionadas ao questionamento que propomos sobre o período pombalino (1750-1777) realçando os efeitos de sua política econômica para o cenário produtivo e administrativo em um espaço específico, a região norte dos domínios luso na América, mais precisamente, a capitania de Sergipe.

O tema e o período em análise, certamente, apresentam ricas possibilidades de recortes e problemas para investigação e que há muito tempo tem despertado o interesse de historiadores de variadas perspectivas metodológicas e abordagens. Entende-se que justamente essa riqueza de caminhos de pesquisa reforça a necessidade do desenvolvimento de estudos que valorizem as reações específicas a esse processo ocorridas no amplo espaço colonial americano, possibilitando o matizamento do conhecimento sobre as formas de exploração econômica no mundo colonial.

* Doutora pela UNESP em História e Cultura Política. Professora Adjunta do DHI na Universidade Federal de Sergipe.

Além disso, é possível notar a insuficiência de interpretação, em termos de compreensão sobre a economia setecentista, ao se adotar uma visão generalista sobre o significado das reformas pombalinas para o conjunto da economia colonial - ou o que é mais comum - destacar a atividade mineradora e eventos correlacionados como o acontecimento que sintetiza todas as tensões e aspectos problematizáveis relacionados à política econômica pombalina para o Brasil, desconhecendo ou simplificando as características que esse processo assumiu em outras regiões da colônia.

O que nos interessa é justamente explorar o significado das transformações pela perspectiva das dinâmicas internas e experiências locais diferenciadas. A investigação proposta, que se apóia em pesquisa bibliográfica ampla e, na documental, conta com fontes primárias manuscritas e impressas localizadas em arquivos e órgão de pesquisa nos estados de Sergipe, da Bahia e do Rio de Janeiro -, objetiva verificar os efeitos dessas medidas para o cenário econômico e político-administrativo da capitania de Sergipe, e problematizá-los a luz do questionamento de como esses elementos teriam agido para a configuração de um panorama produtivo, suas formas de diversificação, a configuração fundiária e a composição da elite no espaço em tela.

Inicialmente, optamos por apontar alguns elementos de discussão acerca de abordagens e conceitos com o objetivo de dotar o estudo de conteúdo reflexivo de modo que permita, de forma provisória, indicar a direção do tratamento das questões do período em suas dimensões de problemas históricos e historiográficos.

Considerado pela historiografia luso-brasileira como divisor de águas na prática governativa e organização do Estado Português, uma das questões que emerge ao nos depararmos com o tema diz respeito à natureza e as características do governo metropolitano que vigorou durante a segunda metade do século XVIII. Historiadores têm olhado para essa fase e, cada qual a seu modo, buscando respostas a questionamentos específicos, elegeu traços para demarcar a singularidade dos setecentos. A percepção de um novo estilo de governar foi profunda a ponto de, inclusive, visualizar-se nesse período um segundo momento da colonização portuguesa na América em virtude da implantação de diretrizes administrativas mais firmes, objetivas e elaboradas.

Certamente, a essência da análise do período passa pela avaliação do papel de seu principal protagonista, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), aspecto que sempre dividiu as opiniões. Desde nos anos finais do reinado de D. José I, textos foram produzidos

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

sobre a vida pública do Marquês de Pombal. Neles, “os historiadores portugueses, como os contemporâneos de Pombal, permaneceram divididos quanto aos méritos e à importância de suas reformas” (MAXWELL, 1996, p. 168). Exaltado pelos liberais, repudiado pelos conservadores, essa divisão não é mera preferência ideológica pois a avaliação sobre seu desempenho político recebeu qualificações de acordo com o recorte e o privilegiamento de determinados aspectos de seu governo (NOVAIS, 2005). Foi definido como progressista pelos liberais – que basearam esse atributo ao dar destaque às reformas econômicas liberalizantes –, e despótico pelos conservadores – que por sua vez deram relevo ao modo autoritário com que governou, pautando-se pelo tratamento inflexível dirigido aos setores concorrentes na corte lusitana, como a nobreza e a Igreja.

De modo geral, uma vez que não se pretende aqui promover uma discussão detalhada sobre as construções da imagem política de Pombal e seus usos ideológicos ao longo do tempo, os textos que tratam do período pombalino produzidos nos últimos cem anos consolidaram noções importantes sobre o período. Destaca-se a obra de João Lúcio de Azevedo, do início do século XX. Com rico material documental, a análise do autor privilegiou a atuação extremamente incisiva e centralizadora de Pombal. Estudo seminal, influenciou as interpretações posteriores ressaltando o caráter personalista e despótico do ministério pombalino no tratamento dos assuntos políticos e administrativos do Reino e das colônias.

No Brasil, contamos com o estudo referencial elaborado pelo historiador Francisco José Calazans Falcon, publicado nos anos 80 do século XX, que analisou o período pombalino sob o conceito de reformismo ilustrado. O autor detalhou as matrizes teóricas do reformismo e os pressupostos absolutistas próprios da ilustração ibérica que moldaram a ação do marquês de Pombal no contexto geral da modernidade européia. Nele, deu destaque ao vigor dos princípios mercantilistas que orientaram a condução da política econômica portuguesa no século XVIII, operação posta em prática com o sentido de modernizar as estruturas políticas, econômicas e sociais de Portugal (FALCON, 1986).

O brasileiro Kenneth Maxwell, na obra “Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo”, publicado em 1996, produziu um estudo robusto, fruto de amplo diálogo com bibliografia especializada, cuja análise destaca as ações do ministro Carvalho e Mello, relacionando seu governo e suas idéias ao movimento da ilustração européia. Especificamente, a interpretação ensejada pelo autor acredita materializar empiricamente o

complexo problema que envolveu as relações entre o Iluminismo e o exercício do poder do Estado. Defende o sentido modernizante da política pombalina ante o desafio de revitalizar economicamente um vasto império e lidar com o pensamento e a prática econômica tradicionalista portuguesa. Os limites de suas ações relacionam-se aos próprios entraves culturais expressos na estruturas conservadoras lusitanas e as condições de disputas econômicas entre as potências daquela época.

Contudo, o que importa destacar de comum nessas produções e nas demais que as tomaram por referência, é a aceitação da idéia do movimento da centralização do Estado emerge como principal característica do governo metropolitano luso sob a direção de Pombal.

Apenas como apontamento que merece análise detalhada, importante reter por ora a discussão sobre o processo de mudanças na forma de governar do Antigo Regime português setecentista. Nuno Monteiro argumenta que, em Portugal a partir do século XVIII foram realizadas políticas reformistas que resultaram num absolutismo no qual a ilustração estava introjectada (2006, p. 230). Assim, passou-se do governo que previa algum tipo de limitação ao poder real, através das leis naturais e dos costumes, para o absolutismo pleno, chamado de despotismo esclarecido.

Para os domínios ultramarinos, segundo Antonio Hespanha, até meados do século XVIII não havia uma política sistemática da Coroa Portuguesa para os territórios coloniais, aspecto que facilitava a existência de um largo espaço para ao exercício de poder local que agia de forma independente do poder metropolitano. Por outro lado, a solidez do Império Marítimo Português teria se caracterizado pela descontinuidade espacial e pela coexistência de formas institucionais diversas que exigiu um governo multifacetado. Devido à ausência de uma estrutura institucional para efetivar os interesses do poder central, foi sendo gestada a constituição de espaços para o exercício do mando de senhores de determinadas localidades, cujos interesses nem sempre estavam em convergência com os da coroa. (HESPANHA, 1998, p. 351-361)

De qualquer forma, pode-se observar que as estratégias para a montagem de uma organização político-administrativa centralista foram necessárias para promover a efetivação das reformas proposta no conjunto da política econômica pombalina. Através de uma maior centralização de poder metropolitano, ensejava-se provocar o enfraquecimento da autonomia das autoridades locais e efetivar um controle mais consistente do território colonial, dos recursos e das pessoas, sem entraves de resistências ou focos de forças de autoridades

paralelas. Essa reorientação administrativa em terras americanas foi explicada por estudiosos brasileiros que reforçaram a característica de vigilância e controle ante a expansão da economia colonial.

Para historiadores como Francisco Iglesias, foi devido ao surgimento da atividade mineradora que se assiste o fortalecimento da presença do Estado nos domínios americanos. A definição administrativa passou a ser uma necessidade uma vez que a demanda exigia um estado mais vigilante devido os efeitos da prosperidade econômica obtida com o ouro, como o contrabando e insubordinação dos colonos. Assim, foram desenvolvidas estratégias para firmar a posse e a demarcação territorial e o efeito pôde ser sentido na regionalização das atividades produtivas.

A historiadora Laura de Mello indica, em vários estudos de sua autoria, que a relação estabelecida entre a coroa portuguesa e a região mineradora pode ser vista como uma síntese privilegiada das diversas formas assumidas pela articulação política e econômica entre Portugal e Brasil durante o período colonial uma vez que “o poder esteve presente e distante” (SOUZA, 1982, p. 105). O reforço da presença do Estado no século XVIII, por meio de ação direta ou indireta, objetivava minimizar o risco de perda dos lucros da extração diante das atividades contrabandistas, possibilitando à Coroa a aferição de lucros maiores. A intensificação do fisco e a separação da capitania de Minas - primeiro de São Paulo e depois do Rio de Janeiro - expressam a face mais dura e controladora do estado metropolitano.

Não somente pelo cuidado relativo á riqueza promovida pela mineração no Brasil, o que já era de grande importância, a atenção aos domínios coloniais consistiu uma estratégia fulcral no plano de recuperação econômica pois tratava-se de manter as reservas coloniais e ampliar o seu potencial produtivo. A política econômica pensada para o Brasil visava aperfeiçoar a defesa do território, a melhoria da arrecadação fiscal e estimular a busca de alternativas econômicas rentáveis. Claro que a recepção dessas medidas pelos colonos não foi pacífica nem incontestada, podendo ser identificada a elaboração de formas de reclamação, resistências ou adaptações a essas decisões. Vejamos alguns aspectos desse processo numa região produtora de gêneros para exportação.

A perspectiva de análise adotada pelo historiador Kenneth Maxwell sobre o período pombalino, defende que o Iluminismo português não pode ser considerado apenas uma mera transposição ou adaptação das ideias europeias da época, para Portugal. O primeiro ministro de D. José I e uma pequena parte da Coroa portuguesa, mediante a realidade ibérica, passaram a repensar o Estado baseado nas características e potencialidades do mercantilismo e no desenvolvimento português. Os burocratas e homens do Estado reavaliaram importantes aspectos da organização imperial e as técnicas mercantilistas em que se acreditava houvessem ocasionado o poder e a riqueza surpreendentes e crescentes da França e da Grã-Bretanha.

O conjunto de medidas para a reformulação da economia portuguesa, arquitetado naquele momento, foi visto como de importância capital e único meio para se restaurar a saúde econômica de Portugal e retirá-lo do atraso (MAXWELL, p. 10). A política mercantil metropolitana objetiva a internacionalização do capital mercantil, e passa a buscar o lucro independentemente dos limites nacionais ou imperiais. Num plano geral, essa estratégia estava desenhada da seguinte forma:

“O incremento das actividades económicas geraria maior riqueza, donde resultaria o aumento das receitas fiscais, facto que proporcionaria ao Erário régio acrescidos recursos que possibilitariam prosseguir e intensificar as políticas de povoamento, fortificação e exploração geográfico-científico do imenso território (...) permitiria ainda, através da concessão de monopólios, incentivar a construção naval, aumentar a quota de mercadorias brasileiras transportadas pela Marinha nacional e apoiar a grande burguesia comercial metropolitana, de modo a diminuir a excessiva predominância dos comerciantes ingleses nos circuitos comerciais portugueses” (COUTO, p. 65)

Note-se que a exploração de colônias no ultramar continuava a ser “um ponto essencial das ideias mercantilistas” e fator de constituição das riquezas metropolitanas (FALCON, 1986, p.195). Os gêneros agrícolas que tradicionalmente compunham a pauta de exportação da colônia foram revitalizados e áreas produtoras como o Nordeste receberam uma importante atenção para estimular o desenvolvimento dessas atividades econômicas. Para a economia açucareira, uma igualmente importante alteração provocada pelas reformas pombalinas relacionou-se com a adoção de regras para a exportação do açúcar.

Nessa questão, um dos aspectos que mais incomodou os produtores foi a fixação dos preços do produto e o aumento das taxas de armazenagem e de fretes. Ao que parece era antiga a ideia do governo em taxar o açúcar e o fumo produzidos no Brasil, mas a iniciativa não encontrou condições adequadas para sua implantação (SCHWARTZ, 1988) Guerras e crises sempre adiaram a tomada dessa decisão polêmica, possível agora no contexto e na administração de Pombal.

Em 1753, os produtores de açúcar de Sergipe, através de petições e representações, protestaram contra a fixação desses preços que já vinha determinado pela Coroa, através de seus agentes fiscalizadores metropolitanos na colônia.

A nova regra causou insatisfações e críticas entre os produtores, principalmente os da Bahia, que reclamaram muito. A manifestação contra essa situação não foi exclusiva dos produtores baianos, pois os produtores das capitanias de Pernambuco e do Rio de Janeiro também escreveram ao Conselho Ultramarino e ao Governador-geral solicitando providências para alterar essa decisão, além dos colonos que dirigiam suas queixas diretamente ao rei (SCHWARTZ, op. cit.; FERLINI, 1988). Os produtores de Sergipe alegaram que “o custo de registro de caixas os deixava ainda mais pobres”, apelando para um argumento muito usado de tempos em tempos, o da pobreza da capitania.¹

O efeito prático dessas reclamações e petições foi nulo, pois os conselheiros em Lisboa mantiveram-se irredutíveis nessa questão. Não cederam as queixas dos produtores, alegando que a taxação do preço era parte de uma estratégia de plano econômico amplo que tinha por objetivo último aumentar a venda dos produtos agrícolas brasileiros, benefício que seria sentido apenas em longo prazo. Atender às reclamações e liberar o controle sobre o preço do açúcar brasileiro seria danoso à concorrência, pois outros países produtores venderiam, no mercado internacional, o produto a preços mais baixos, o que prejudicaria o comércio português. Era necessário um sacrifício dos produtores naquele momento para ganhar adiante, argumentavam os conselheiros.

Outra medida para tornar o produto brasileiro mais competitivo foi a criação das Mesas de Inspeção, em 1755, nos principais portos brasileiros: Recife, São Luiz, Salvador e Rio de Janeiro. As Mesas – ou Casa – de Inspeção eram órgãos fiscalizadores criados para dotar de confiança os produtos brasileiros, por meio da eliminação de informações falsas e

¹ Arquivo Público do Estado da Bahia. Representação da Câmara de Sergipe Del Rey à Coroa. 30 de abril de 1753, Papéis avulsos, 132.

exageros na classificação, embarque e financiamento do produto, fornecendo características e peso nem sempre condizentes com os produtos que se queria embarcar.

A intenção do governo metropolitano era garantir a qualidade dos produtos coloniais e assegurar de forma mais efetiva o controle sobre a arrecadação tributária relacionada a este produto. Essas medidas significaram a adoção de uma atitude difícil e impopular porque atacava diretamente as habituais práticas de falsificações e irregularidades na classificação e no encaixotamento do produto e geraram intensas reclamações entre os produtores de açúcar.

O importante a destacar neste momento é o aspecto nada desprezível de que os produtores, através das Câmaras, encontraram nelas canais para discutir a fixação do preço do açúcar e demais taxas e questões relacionadas à atividade. Fato revelador dos traços que marcavam as relações político-institucionais entre a colônia e a metrópole, e isso implica reconhecer uma interessante capacidade de interlocução e manifestação das opiniões dos colonos sobre aspectos e regras do funcionamento da exploração colonial.

Na ocorrência desses episódios, cabe destacar ainda o papel das Câmaras como importantes vias de acesso e manifestação de opinião e ação política, ao mesmo tempo em que evidencia a existência de um esquema administrativo relativamente flexível em sua hierarquia. As referências encontradas na documentação, amplamente desvendados pela historiografia, mostram que todos podiam se dirigir ao rei, sem passar pelo governador ou pelo ouvidor, havendo inclusive um atropelamento dos graus intermediários de cargos de autoridade e comando.

Como indica a análise de Jorge Miguel Pedreira, a comunicação direta das autoridades locais e de colonos com as instituições centrais da monarquia caracterizava-se por uma flexibilidade que lhe propiciava ir acomodando e arbitrando conflitos e resistências. Entre imposições e negociações, cuidava-se para manter as formas de um equilíbrio, contando com a anuência da própria população da colônia, o que, em última análise, garantia a sobrevivência e o exercício da dominação colonial, em que eram testados continuamente os limites da negociação e as prerrogativas da autoridade e ordem monárquica (PEDREIRA IN MALERBA, 2006, p.73).

A insatisfação expressa nas reclamações contra a taxaço do preço talvez fosse decorrência da percepção dos colonos no Brasil de que se vivia um momento particularmente favorável na economia colonial, que acenava para a possibilidade de obtenção de maior margem de lucro com os gêneros de exportação, o que os motivava a ampliar áreas de cultivo.

O aumento da demanda por açúcar provocado pela ampliação mundial do consumo do chá, cacau e café também deve ser considerado para explicar o bom momento para a produção e comercialização do gênero produzido no Brasil.

Numa combinação de elementos peculiares, como o estímulo às condições internas de produção agrícola, aliada a um contexto favorável de consumo, deve-se assinalar que os efeitos da política pombalina para a região norte da colônia podem ser facilmente captados no aumento do volume das exportações do açúcar. O volume das exportações portuguesas do açúcar brasileiro cresceu 3,6% entre 1776/77 e mais de 14,3% até 1789 (PEDREIRA, 2006, p.55.) o que pode indicar o movimento de dinamismo e prosperidade, merecedor de um refinamento analítico.

Nesse processo, constata-se na capitania de Sergipe, a partir dos meados do século XVIII, uma fase de expansão da economia canavieira, fenômeno que pode ser percebido no ritmo de ampliação de suas unidades produtoras. A instalação dos primeiros engenhos na região remonta ao começo do século XVII, mas pode-se aventar que a afirmação da economia açucareira ocorreu no final do século XVIII, como se pode conferir:

Tabela 1
Evolução do número de engenhos na capitania de Sergipe

Número de engenhos na Bahia e em
Sergipe entre os anos 1755 e 1795

Ano	Bahia e Sergipe	Bahia	Sergipe
1755	172	126	46
1759	166	122	44
1790-95	353	221	132

Fonte: BARICKMAN, Bert (2003, p.74) Adaptado;
NUNES, Maria Thétis (1989, p.125); VILHENA, Luís (1969).

A valorização dos preços do açúcar no mercado internacional dependia muito de conjunturas externas, como guerras entre potências ou questões diplomáticas, que interferiam

diretamente na sua oferta para o consumo. Assim, a fase de preços compensatórios do mercado internacional se constituía em um forte motivo para os produtores buscarem meios materiais e estratégias político-institucionais para a ampliação de áreas para o plantio da cana.

De qualquer forma, percebe-se o aumento do número de engenhos principalmente em fins do século XVIII, o que indica o ritmo progressivo de ampliação das unidades produtoras e sua inserção na economia açucareira de exportação.

A função abastecedora de Sergipe igualmente exigiu o aumento da área plantada de gêneros para abastecimento dos mercados da Bahia e de Pernambuco. Por sua vez, a monocultura canavieira também necessitava de terras para o cultivo, não só para desenvolver o gênero, mas para a exploração de áreas com a função de fornecer lenha para os fornos dos engenhos e pastagens para os bois que transportavam a cana e giravam as moendas.

Ao se constituir elemento fundamental no desenvolvimento de atividades da lavoura mercantil e, conseqüentemente, para a reprodução do capital mercantil, as terras passaram a agregar valor e despertar a cobiça entre os agentes econômicos coloniais, o que intensificou a pressão dos proprietários com maiores recursos para que as áreas devolutas ou comuns fossem convertidas em propriedades particulares. Na perspectiva das relações de produção para o mercado, a posse da terra nas mãos de índios, posseiros e homens pobres livres constituía um grave entrave para o pleno aproveitamento desta fase positiva desse tipo de economia.

A desapropriação dessas áreas significou uma alteração significativa no acesso a terras e constituição das propriedades na capitania. Ao que parece, as oportunidades vislumbradas para participar das atividades econômicas do século XVIII teriam se constituído em importante fator para tornar mais complexos e disputados os instrumentos de acesso à estrutura produtiva. Os conflitos registrados em documentação de natureza judicial envolvendo índios e colonos em confronto por terras, pequenos proprietários e criadores, bem como referências a relacionados às disputas das propriedades dos jesuítas postas em leilão, podem ser elementos indicativos de reordenamento fundiário que se delineia na capitania e que merece ser esmiuçado para sua melhor compreensão.

Importante assinalar que a tendência de produção para o abastecimento, uma característica produtiva da capitania até então, foi redimensionada e fortalecida. Presente na formação econômica de Sergipe, que desenvolveu inicialmente a pecuária e a agricultura produtora de gêneros de abastecimento, essa função atendia não só à demanda local, como também mercados regionais mais amplos, como o do Recôncavo Baiano e de Pernambuco. A

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

capitania destinava sua produção em duas frentes, de acordo com seus limites naturais: as vilas do Sul, próximas ao Rio Real, como as de Santa Luzia de Itanhy e Estância, tinham seus produtos basicamente direcionados ao mercado baiano; a região do baixo São Francisco, mais especificamente Vila Nova, enviava os produtos de Sergipe para a capitania de Pernambuco. Nessas regiões estavam os consumidores dos subprodutos do gado, além de milho, feijão e, claro, farinha de mandioca, alimento básico para escravos e população pobre.

Outra dimensão econômica que mereceu atenção da política pombalina foi o comércio. Visando dinamizar o setor mercantil no Império Português, o plano econômico de Pombal procurou fortalecer a atividade comercial em suas várias dimensões e portes. De forma objetiva e pontual, suas ações visavam ao fortalecimento do grupo mercantil de grosso trato, basicamente formado por homens de negócios como financistas, acionários de companhias e usurários, permitindo o investimento de seu capital nas principais praças de comércio portuguesas, realizando negócios que poderiam se traduzir em ações, apólices, financiamento para engenhos, navios, moedas, empréstimos de dinheiro e tráfico de escravos.

Na prática, essas iniciativas resultaram na extinção da discriminação oficial aos comerciantes, na concessão de privilégios e oportunidades de negócios, no exercício do monopólio mercantil de uma região ou de uma atividade exclusiva para comerciantes portugueses. Essa orientação buscava promover a reunião de capitais necessários ao incremento das atividades econômicas no Império luso. Na essência da medida, objetivava-se implantar uma política protecionista de mercados para manter o comércio e suas atividades correlatas distantes da participação estrangeira, o que permitia a evasão do lucro às outras nações, fortalecendo a elite mercantil desses países.

Contudo, questões como a regionalização produtiva espacial e seu significado para a economia colonial, e sua presumível capacidade em proporcionar um grau de autonomia em relação à grande lavoura de exportação, o tipo e alcance do capital mobilizado, a apropriação dos excedentes gerados e as implicações sociais e políticas dos grupos e camadas envolvidos nessas atividades são assuntos que têm reclamado por pesquisas (LAPA In: SZMRECSÁNYI, 1996, p.163), uma vez que são temas ainda pouco conhecidos. O conhecimento dos aspectos inerentes a essas questões seria importante para se entender as formas de inserção e atuação dos grupos mercantis dessa região nas discussões políticas do período e nas fases posteriores e como relacionar-se-iam aos debates e concepções de projetos econômicos pensados para essa parte da América Portuguesa.

Compreender a dimensão dos efeitos da administração pombalina e suas inter-relações para a economia da região Norte da colônia se constitui reflexão necessária para avançar sobre o tema das dinâmicas internas e a pluralidade de formas assumidas na América Portuguesa, no sentido que nos permita dispor de informações diversificadas sobre a colonização portuguesa na América em suas complexas facetas num momento crucial de redefinição das relações econômicas e políticas entre colônia e metrópole. Ao dar relevo às particularidades regionais e suas dinâmicas próprias diante das questões postas pela política econômica do pombalino, pensa-se contribuir para a elaboração de conhecimento histórico pautado em elementos empíricos diversificados originados de territorialidades, perfis produtivos e agentes sociais variados espacialmente.

Referências bibliográficas:

- AZEVEDO, João Lucio. **O Marquês de Pombal e a sua época** (1909). São Paulo: Alameda/Cátedra Jaime Cortesão, 2004.
- BOXER, Charles. A ditadura pombalina e suas conseqüências (1755-1825). In: **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1981, p. 179-200.
- COUTO, Jorge. “O Brasil pombalino”. Marquês de Pombal. **Revista Camões**. n. 15/16, 2003. p. 53-74. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=913&Itemid=69
- FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina**. Política Econômica e Monarquia Ilustrada. São Paulo: Ática, 1986.
- FALCON, Francisco. C. Pombal e o Brasil. TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. 2 ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001.
- HESPAÑA, Antonio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. IN: FRAGOSO, João (org.) **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HESPAÑA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina Madeira. Os Poderes num Império Oceânico. In: MATTOSO, **História de Portugal**, vol. 4 (O Antigo Regime). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**. Paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira. In: **Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1981 (Caps. II2 e IV, p. 103-116 e 213-298).

_____. O Marques de Pombal e os historiadores. **Aproximações**: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MONTEIRO, Nuno G. **D. José**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir. **Independência brasileira**: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do Ouro**. A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

LAPA, José Roberto do Amaral. O interior da estrutura. In SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História Econômica do Período Colonial**. São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.